

COMENTÁRIO

OS DIFERENTES NÍVEIS DE CONSTRUÇÃO TEÓRICA: COMENTÁRIOS SOBRE “O EFEITO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NA ATIVIDADE PARLAMENTAR: AÇÃO POLÍTICA INDUZIDA PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA”

Glauco Peres da Silva

O presente texto tem como objetivo comentar criticamente o trabalho apresentado por Leão (2025). Este propôs-se a identificar os grupos de interesse que orbitam o Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, aplicou uma análise de discurso denominada *Narrative Policy Framework* direcionada a uma amostra de 40 discursos de parlamentares das duas últimas legislaturas dentre aquelas falas que mencionavam o programa. O texto é estruturado a partir de um breve resgate teórico a respeito da *Policy Feedback Approach* (PFA), seguido por uma apresentação da metodologia e uma discussão de sua pertinência. A análise dos resultados é tratada na seção seguinte e uma seção de considerações finais encerra o texto. Ainda que meritório em sua proposição analítica, o texto possui algumas fragilidades que acabam por deturpar seus méritos. Talvez aquela que mereça maior atenção seja a variação em relação às diferentes dimensões teóricas envolvidas no texto que deslocam a atenção do leitor em uma direção contrária àquela em que repousam as qualidades do trabalho. Também deve ser tratada a análise metodológica implementada que decorre de uma inadequação aos objetivos propostos. A reflexão, assim, aqui se guiará em mostrar estas ocorrências.

Começemos pelo mérito do trabalho: este está em compreender que uma política pública de relevância e duradoura mobiliza grupos de interesse que buscam se aproveitar dos benefícios desta situação e que, ademais, é possível identificar os atores que compõem tais grupos de interesse (ou subsistemas, na linguagem do autor). O material analisado é bastante adequado aos objetivos da pesquisa, assim como a PFA. A tabela 1 em que constam os grupos que influenciam o programa é bastante interessante e um resultado muito positivo do trabalho. Porém, o texto parece também ambicionar testar se a teoria seria adequada à análise proposta e esta discussão confundiu-se em torno daquilo que em termos Lakatosianos seriam os programas de pesquisa e as teorias que o compõem.

A menção sistemática ao “neoinstitucionalismo” é um tanto deslocada dos objetivos do texto. A teoria aplicada – PFA – é a primordial. Se ela está inserida em uma abordagem mais geral do neoinstitucionalismo, é a ela que se deve referir. Retomando os termos de Lakatos, neoinstitucionalismo é o programa de pesquisa, PFA é uma teoria que o compõem. Esta distinção importa porque o trabalho não se presta a testar o programa de pesquisa em si, mas os termos em que a teoria se organiza. Ainda que trabalhada dentro de uma abordagem institucional, é a teoria que está se voltando ao teste ou à aplicação empírica. Ademais, esta imprecisão se repete ao longo de todo o texto. As afirmações de que há evidências de que o comportamento é induzido pelas instituições (p. 532) ilustram bem a situação. A abordagem institucionalista entende que esta afirmação é válida sempre. O comportamento humano está cerceado por elas e, se a pesquisa tinha intenção de testá-la, deveria alterar os seus objetivos. Isto nos leva ao segundo ponto de crítica a ser tratado.

O texto parece oscilar demais entre a avaliação dos grupos em torno do PBF e a pertinência da abordagem teórica. Ora argumenta que a teoria é adequada, ora a usa para avaliar o caso do PBF. Se o objetivo do texto é o de identificar quem participa dos subsistemas que convivem com a política pública, o foco está nesta identificação. Aliás, este é o mérito do trabalho e poderia ser, neste sentido, mais explorado. A pertinência teórica é condição necessária para tal tarefa e a pesquisa não tem como objetivo avaliar esta adequação. Esta seria tomada como pressuposto. Por estas razões, a avaliação metodológica ficou comprometida.

Inicialmente, uma crítica pertinente ao trabalho é a necessidade de se trabalhar com uma amostra de 40 discursos diante de uma população relativamente reduzida de textos detectados (168). Técnicas de análise de texto que contemplam a avaliação de número elevado de observações já estão disponíveis e claramente se aplicariam ao caso presente. Ademais, as diferenças encontradas entre os discursos no plenário da Câmara Federal e na comissão de seguridade social e família não parecem ser esperadas teoricamente. Ao menos, da forma como a teoria é tratada ao longo do trabalho,

não há nenhuma razão para que se espere que o comportamento do parlamentar seja diferente em cada um dos ambientes. Não é compreensível porque se menciona no texto que estas observações confirmam a teoria. Por fim, não se sabe como se mede *contexto*, nem *moral da história*. Embora apresentados em seu significado, não está claro como são operacionalizados empiricamente. Estes parecem ser transformados em um indicador comparado com a abordagem teórica que não é apresentada no texto (ACF) e por isso causa dificuldades. Na seção empírica, a situação se torna ainda mais evidente.

Há questões menores, mas que ainda devem ser citadas. O trabalho menciona diretamente uma versão sua anterior em que uma outra abordagem teórica foi aplicada (ACF), com variações metodológicas também. Isto não seria necessário da forma como é feito, pois não há elementos para um leitor do texto corrente compreender a obra anterior. Ela é referenciada de maneira a justificar certas escolhas repetidamente ao longo do texto, causando mais ruído do que esclarecimentos.

Entendo, assim, que o texto na sua forma atual tem um evidente mérito em sua motivação e na determinação do aparato teórico utilizado. Há um material interessante e um caminho de investigação certamente profícuo. As observações trazidas aqui se colocam no intuito de motivar seu autor ou outras pesquisadoras a refletir a respeito delas, considerarem o que é pertinente e, a partir daí, continuarem com a pesquisa. É um tema necessário e que merece avanços e prorrogações.

BIBLIOGRAFIA

LEÃO, Pedro, 2025. *O efeito da institucionalização da política pública na atividade parlamentar: ação política induzida pelo Programa Bolsa Família*.

